

Estratégia Metodológica Para Refletir Sobre Pertencimentos De Moradia Em Macapá/AP: Uma Proposta de Crônica Sociológica¹

Roberta SCHEIBE²

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

Resumo

Este artigo propõe a crônica sociológica como estratégia metodológica para retratar e refletir sobre a formação de redes de sociabilidades em torno dos pertencimentos de moradia da população de baixa renda em Macapá, capital do Amapá, que vive em áreas alagadas ou em conjuntos habitacionais. Esta proposta integra a redação da pesquisa de doutoramento em Sociologia, intitulada “‘Eu cheguei chorando e saí chorando’: Os lugares de pertencimentos na transição da Baixada Perpétuo Socorro ao Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos”. Esta proposta pretende estimular a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento jornalístico e sociológico no que diz respeito à narrativa e problematização de fatos. A proposta toma como base o conceito de crônica sociológica de Dileta Silveira Martins e na categoria de flâneur de Walter Benjamin.

Palavras-chave: crônica sociológica; estratégia metodológica; interdisciplinaridade; pertencimentos.

Contextualização dos lugares narrados

Em função da magnitude dos rios que cercam o Amapá, como o Araguari, Pedreira, Amapari, e mais especificamente o rio Amazonas, com mais de oito mil quilômetros de extensão, há no Estado 24 áreas de mangues que são chamadas de “ressaca” (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Estes são lugares alagados, úmidos, nas regiões baixas da cidade que se tornam pequenos lagos por influência das marés nos períodos do inverno amazônico, nos meses de dezembro a junho, em função do aumento das chuvas e da elevação da água do rio. São espécies de várzeas, mangues, banhados. Estas bacias d’água tornam-se lagos, com vegetação e espécies aquáticas. Nesta época as vitórias-régias dividem o seu espaço com pequeninos peixes de água doce. No verão amapaense, de final de junho a metade de dezembro, estas áreas diminuem a intensidade da água, ficando apenas com a terra úmida e evidenciam uma vegetação verde brilhante, formada por plantas

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Jornalismo e Mestre em Letras, ambos pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É doutoranda em Sociologia pelo Dinter UFC/UNIFAP e professora da Universidade Federal do Amapá UNIFAP. E-mail: robertascheibe@gmail.com.

aquáticas. No Amapá estas áreas de ressaca pertencem à União e são de proteção ambiental. Segundo Levy (2011), as ressacas são comuns em ambientes em que o índice pluviométrico é elevado, como se evidencia na Amazônia.

No norte do Brasil, especificamente em Macapá e Belém, as áreas de ressaca ocupadas para moradia são chamadas de Baixadas. Nas baixadas vivem populações de baixa renda, sem saneamento básico; mas vale ressaltar que amplas áreas da cidade de Macapá eram alagadas até uns anos atrás. Hoje há muitos empreendimentos de grande estrutura que foram construídos em áreas alagadas aterradas, e que permanecem erigidas mesmo depois do pagamento das multas por parte dos proprietários; alguns estabelecimentos inclusive já estão comprometidos com rachaduras nas paredes em função da cedência do solo, como é o caso de um prédio de apartamentos na Rua José Tupinambá, antiga Nações Unidas, no Bairro do Laginho.

Nos anos 50, em Belém-PA, estas áreas começaram a ser ocupadas e habitadas pela população de baixa renda. Nesta cidade, o termo “Baixada” inicialmente foi utilizado para qualificar os primeiros bairros próximos ao litoral na cidade; no entanto, posteriormente tornaram-se sinônimo de favelas, periferias, ocupações irregulares. No Amapá, a maioria das Baixadas têm inúmeros problemas de infraestrutura. São lugares irregulares, apertados e muitas vezes superlotados, carentes dos serviços públicos básicos. Em muitos lugares os próprios moradores improvisam estes serviços através de “gambiarras” e “gatos” de energia elétrica, água e esgoto. Hoje, tanto no Pará (desde os anos 50) quanto no Amapá (desde os anos 60 e com um *boom* migratório nos anos 90), as áreas de ressaca ocupadas são favelas formadas por palafitas, que são “tipos específicos de habitações, via de regra, edificadas em madeira, com esteios altos, cuja função, dentre outras, é evitar enchentes ou inundações – construídas em Estados precários e degradantes” (LEVY, 2011, p. 2) justamente em função do inverno amazônico quando estes lugares deixam de ser apenas lama para tornarem-se alagados. Por isso as baixadas também são chamadas de “áreas de ponte”, porque as casas são construídas em palafitas e para circular de uma casa para outra, ou para acessar padaria, bar ou lojas que estão edificadas dentro das baixadas, os moradores transitam em pequenas pontes construídas em madeira velha sobre a água. Em Macapá as principais “áreas de ponte” pesquisadas são: Açai, Araxá/Jardim Equatorial, Beiril, Beiril Prim, Chico Dias, Coração, Fazendinha, InfraeroII, Jandia, Km9, Lago da Vaca, Marco Zero, Pará, Perpétuo Socorro/Baixada do Japonês, Caesinha, Baixada Novo Buritizal, Pacoval, entre outras.

Em busca de uma vida melhor, milhares de pessoas ingressaram em Macapá, vindas do interior do Estado ou de outros lugares, principalmente do Pará e do Maranhão. Estes imigrantes – e também macapaenses que não tinham condições financeiras de manter um aluguel formal – viram nas áreas de ressaca um lugar para moradia, onde pudessem ter uma casa própria ou um aluguel a um preço baixo. E assim se iniciou um grandioso mercado imobiliário informal, para desespero dos corretores e dos ambientalistas. Isto porque nestes lugares não há formalidades, contratos, e intermediações imobiliárias. Os aluguéis são considerados baratos comparados a outros lugares da cidade, com preços de até R\$350,00, sendo que é difícil encontrar aluguel em áreas centrais da cidade a preços menores do que R\$1.000,00. Nestes ambientes de áreas alagadas as pessoas ocuparam terras pertencentes à União³, de preservação ambiental, e construíram as suas casas, logo, a maioria reside em casa própria e alguns a alugam para terceiros. Estes lugares são estratégicos para estes moradores porque fixam-se em lugares centrais da cidade, embora não aparecem na arquitetura de Macapá, pois escondem-se atrás de casas e estabelecimentos comerciais. A maioria das baixadas localiza-se próxima aos principais equipamentos acessados pelas redes de agentes, como escolas, postos de saúde, comércios, peixarias, churrasquinhos vendidos na rua, postos policiais, supermercados e feiras. Além de ficarem muito perto de órgãos públicos, como Juizados Cíveis, Ministério Público, Palácio do Governo, Assembleia Legislativa, Prefeitura, entre outros.

Desta forma, o mote da tese de doutorado, e o foco jornalístico e sociológico são as pessoas que residem em áreas de ressaca e nestes lugares formam redes de sociabilidades e laços de pertencimentos sociais e que passam a ser direcionadas, lentamente, para os conjuntos habitacionais da cidade, ou em função de políticas públicas propostas pelo governo municipal e estadual, ou por tragédias físicas e ambientais, como o caso dos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, na zona leste da capital, que migraram de modo forçado a conjuntos habitacionais em função de um incêndio acidental que destruiu completamente a moradia de 250 famílias em outubro de 2013.

Uma proposta metodológica

Para dar conta deste universo de vivências, sociabilidades e pertencças, e entender as diferentes versões da realidade, utilizo o método etnográfico, com os aportes da entrevista

³ A maioria das terras no Amapá foram ocupadas e pertenciam ou ainda pertencem à união. É praticamente mínimo o número de terras escrituradas. As pessoas tem apenas um documento de um órgão público que atestam a moradia no lugar.

em profundidade, técnicas do universo sociológico; e da reportagem e da crônica, técnicas do mundo jornalístico.

A etnografia que produz direciona o olhar para o que Winkin chama de “vida real”, atrelada a observação e descrição das “estruturas invisíveis” da vida social (2004, p.30). Neste sentido, quero voltar minha atenção para um tipo de experiência vivida num contexto urbano, percebendo um viés de tempo vivido, buscando assim uma descrição densa (GEERTZ, 1989) e uma etnografia da duração (ECKERT; ROCHA, 2010), compreendendo um sujeito que se reinventa a cada história vivida, lembrada e contada. Perceber o outro dentro de um contexto real para ele, inserido num microcosmo social. A etnografia que persigo está atrelada a trajetórias e a biografias, pois os lugares não poderiam ser narrados sem contar a história de quem dá vida e contexto à Baixada e ao Conjunto Habitacional. Compartilho da ideia de Becker (1993) e de Bourdieu (2006), de que as pessoas, na autobiografia, contam apenas uma parte da história, selecionada pelo seu autor. Mas, também acredito na reflexão de Becker, de que por mais que a história mostre apenas uma parte selecionada, esta parte ajuda a preencher um mosaico de informações para se compreender o quadro como um todo (p.104); além do que, as entrevistas de história de vida (eu trabalho a história de vida inserida na entrevista em profundidade) – aliadas a etnografia – oferecem a visão de lados subjetivos de processos institucionais, no sentido de ancorar a natureza das experiências ligadas a determinado processo, como o caso dos moradores da baixada no período de transição para o conjunto.

Neste sentido, utilizarei elementos da etnografia da duração (ROCHA; ECKERT, 2011), que se define por esmiuçar o cotidiano dos moradores da cidade, suas sociabilidades margeadas pelo tempo e espaço configurados em suas fórmulas narrativas. Este método de investigação proposto pelas autoras prioriza as experiências cotidianas na vida cidadã de seus habitantes, envolvendo conexões simbólicas e, também, as “intrigas” (ROCHA; ECKERT, 2011), categoria que vai ao encontro do que DE CERTEAU (2001) define como táticas e TELLES (2006) como tramas. A etnografia da duração também percebe as diversidades de imagens e os dramas presentes no ambiente da vida nas cidades, que proporciona o que as autoras chamam de “mapeamento simbólico do emaranhado dos ritmos vividos por seus habitantes em múltiplos territórios” (ROCHA; ECKERT, 2011, p.108), concentrando o processo etnográfico nas estruturas de tempo e espaço, ampliando os elementos da alteridade e da experiência de vida dos moradores de uma cidade. Para as autoras, a etnografia da duração, através destas percepções, faz com que os antropólogos e

sociólogos sejam coautores das experiências humanas que resultam nos objetos das etnografias (Idem).

Tornar-se um coautor significa exercer um processo comunicativo de interação, que se sobressai através do diálogo, mas que seria ingenuidade pensar que se realiza apenas através dele. Interagir no campo significa exercer influência e ser influenciado. Ou como escreveu Favret-Saada (2009), afetar e ser afetado. São interações que implicam em identidades flutuantes. No entanto, para compreender este processo de interação é fundamental notar que investigadores, etnógrafos, sociólogos, são uma peça do jogo, não apenas os observadores de uma cena, seja ela micro ou macro, assim como o cotidiano do trabalho jornalístico. Somos todos participantes da cena (SILVA, 2009) e alteramos seu funcionamento justamente em função da nossa observação.

Em meu trabalho de campo a cada incursão percebi a necessidade de paciência e persistência. Para o encontro com os interlocutores, precisei entender suas tramas, suas formas de pensamento, e para tanto apreendi um ritmo de contação e reflexão das cenas participadas e observadas. Meu olhar de jornalista neste trabalho que visa a reflexão sociológica tem sido muito importante no que diz respeito a narrativas e a observação de pequenos detalhes como roupas, gestos, expressões, historietas aparentemente travestidas de “conversa (a) fiada” (ASSIS, 1959). Muitas vezes uma palavra ou frase proferida por um agente me remetia ao meu caderno de campo, ou ao editor de texto do celular, ou ainda ao editor cerebral, quando eu não podia levar nenhum aparato ao campo, como aconteceram muitas vezes nas primeiras entradas na Baixada. Em algumas situações, palavras ditas me consumiam, latejavam na cabeça até encontrar um objeto que gravassem as palavras através da escrita no meu tempo de confecção desta tese. A pesquisa de campo durou um ano e dez meses, interagi indiretamente com mais de 100 pessoas da comunidade, e diretamente com um núcleo de sete famílias.

E este é o desafio de um trabalho em profundidade e cuja experiência tem-me sido fantástica justamente pela sua diferenciação do jornalismo no que se refere à problematização do fato. No que tange ao caráter da observação, a etnografia assemelha-se a grande reportagem, onde há tempo – e espaço! – para a observação e participação dos fatos até a exaustão, de forma aprofundada, percebendo as subjetividades da vida dos agentes e seu lugar de moradia e sociabilidades. Nós, jornalistas, em algumas situações precisamos mergulhar com mais profundidade no que diz respeito ao cotidiano e às

subjetividades dos atores sociais e tomar cuidado com a ordenação do real⁴. De forma relativizada, precisamos tomar alguns sentidos do olhar etnográfico, no âmbito de Olhar, ouvir e escrever, no âmbito que Roberto Cardoso de Oliveira (2000) se refere ao ofício do etnógrafo, para apreender as relações sociais de modo aprofundado. Esta é a interação, é a participação na cena de maneira consentida, dialogada, e em alguns casos negociada (ROCHA; ECKERT, 2011).

Aliando estas ferramentas metodológicas utilizadas na área de conhecimento da sociologia ao campo do jornalismo, partirei da referência metodológica da ideia de *Flâneur* de Walter Benjamin (in BARROS, 2006, FREHSE, 2009, e BARREIRA, 2012). Este é um personagem da literatura parisiense de meados do século XIX e foi inicialmente propagado no Brasil por João do Rio (FREITAG, 2010), cronista que admiro pela característica de apreender a alma das cidades e tecer uma espécie de cenografia das ruas. Logo, inspiro-me em João do Rio para flunar na cidade de Macapá, na Baixada Perpétuo Socorro, no conjunto habitacional ou onde as vivências deste microuniverso me levar. Assim como POLLAK (1989) penso que apenas a construção romanesca é capaz de restituir a verdade social (p.11), por isso a importância de embrenhar numa microssociologia, que tão bem defendeu Goffman (2012), de que infinitas coisas e vivências acontecem ao mesmo tempo, em mundos absurdamente diferentes. Tudo é uma questão de enquadramento, direcionamento. Neste sentido, tenho como proposta um trabalho cuja escrita da tese resulte em textos inseridos no gênero crônica-sociológica (MARTINS, 1984), ou com estilos muito próximos a ele. Este tem como características um texto leve, de estilo informal e crítico como a crônica e que traga ao longo do texto, ou em sua parte final, uma análise do fato social observado. Em seu conteúdo é um pouco mais longo do que os outros tipos de crônica, justamente em função da reflexão. Como minha proposta é de usar este tipo de crônica em textos acadêmicos, como na tese e em artigos, na reflexão do fato também utilizo referencial teórico, quando necessário. Este tipo de crônica tem aportes narrativos e reflexivos oriundos dos textos sociológicos, literários e jornalísticos, onde a observação e a reflexão sobre os problemas sociais e as relações sociais estão em pauta. Írlys Barreira – em um texto em que se refere aos guias de viagens – incita exatamente esta minha vontade neste trabalho: de utilizar narrativas em forma de *Short Stories* – que tem uma relação de linguagem híbrida com a crônica – com informações úteis adaptadas ao tempo e espaço da

⁴ Sobre esta questão, indico os textos “A notícia como forma de conhecimento” de Robert Park e “A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park” de Isabelle Anchieta de Melo, sobre a construção e ordenação do real e a notícia.

vida moderna (BARREIRA, 2012, p.26), sem deixar de ser reflexivo e analítico, dando conta de personagens e fisgando leitores. O gênero *short stories* é definido por CALVINO (1990, p.62) como “a experimentação de formas novas” – assim como a crônica –, num lugar de permanência das “jóias insuperáveis”, onde se propaga a riqueza das formas breves, com tudo aquilo que elas pressupõem como estilo e como densidade de conteúdo.

Carlos Heitor Cony afirma que a crônica é jornalística porque está embutida no conceito de tempo, imersa num período; pertence ao temporal. Cony revela, com isso, que a crônica é como uma contrafação do jornalismo e da literatura (CONY, 2003, p.100)⁵. Segundo o escritor, a crônica está “grudada” no tempo. Na passagem do século XIX para o XX, paralelamente ao registro factual e, também, informativo-jornalístico, a crônica incorporou a subjetividade do narrador. Logo, com a união desses elementos, ela adquiriu uma relação de experiência com o tempo vivido; não com o rigor dos fatos acontecidos, mas com os fatos vivenciados pelo cronista, que relatou, ou escreveu, o seu texto. A crônica seria, de acordo com Margarida de Souza Neves (NEVES, 1982, p. 82), uma espécie de “espírito do tempo”, em razão de suas características de forma e conteúdo, fatos e informalidade. Esse “espírito do tempo” proporciona ao cronista o registro dos fatos e, ao mesmo tempo, a reconstrução da história através da imaginação- reconstrução esta que pode juntar-se à problematização sociológica -, o que vai possibilitar a existência do que Neves chama de “cumplicidade lúdica”: uma reprodução/resgate do tempo perdido que se estabelece entre autor e leitor e que dá margem a novas e diferentes interpretações (NEVES, 1982, p. 82).

A definição de crônica varia de lugar para lugar (MELO, 1994, p.148). Mas neste trabalho penso a crônica com suas características brasileiras de brevidade, criticidade e simplicidade, de um estilo que nasceu no rodapé dos jornais. Todavia, é necessário enfatizar que essa restrição da efemeridade nem sempre se justifica, porque a crônica, por vezes, conquista a imortalidade, ou quando aborda assuntos que ficaram para a posteridade, ou quando fixam “instantâneos de eternidade”, ou seja, privilegiam em seus textos aspectos universais. Devem ser levados em conta, ainda, os artifícios de publicação, como as antologias e coletâneas, ou a reedição de antigos periódicos em forma de livro, que podem favorecer a sobrevivência desse tipo de texto. Assim, as crônicas são resgatadas e tornam-se públicas novamente. Conforme relata Alceu Amoroso Lima, no que se refere especificamente ao tempo da crônica como um elemento do jornalismo, a atualidade do

⁵ Entrevista concedida por Carlos Heitor Cony à autora deste trabalho, em 2003, na Universidade de Passo Fundo, para a monografia intitulada “Crônica: o diálogo entre Literatura e Jornalismo”.

jornalista (e do cronista) é assegurada pelo fato de que este “vive no tempo e capta a mensagem do tempo, do seu tempo, da hora que passa, do dia a dia”. (LIMA, A., 1960, p. 51). A crônica trata de assuntos que, de um modo ou de outro, façam parte da vida dos leitores. Além disso, goza de liberdades lingüísticas e estruturais, como utilizando-se do foco narrativo em primeira ou terceira pessoa e a de estabelecer diálogos.

Logo, a lente de aumento de meus relatos está ampliada para situações invisíveis pela grande mídia e inclusive por muitos estudos da área de humanas no que se refere ao Amapá. Meu olhar vai para os mundos existentes da baixada ao conjunto numa crônica sociológica escrita para um texto acadêmico com o apoio de referencial teórico. A questão é justamente transcender ao tradicional texto formal da academia – e por isso este artigo é escrito em primeira pessoa. E esta lente de aumento dos relatos é aportada pelas reflexões cidadinas de Paulo Barreto – pseudônimo João do Rio, Humberto de Campos, Machado de Assis e dos contemporâneos Gabriel García Márquez, Jorge Luis Borges, Eduardo Galeano, Rubem Braga, Luis Fernando Veríssimo e Eliane Brum, esta que atualmente mais se aproxima da crônica-sociológica. Inspiro-me em cronistas porque penso que eles são os *voyeurs*, os *flâneurs*, os caminhantes da cidade. São eles que trazem histórias de interesse humano fruto da observação dos cinco sentidos. Os cronistas olham, ouvem e escrevem (OLIVEIRA, 2006) a partir de uma escolha, de um enquadramento, dirigindo o texto para uma compreensão do fato observado. Assim como escreveu De Certeau é necessário captar a “fala dos passos perdidos” (DE CERTEAU, p. 176), percebendo que e como os passos moldam espaços, tecem lugares, nutrem o ir e vir. E é somente através desta observação in loco desta fala – outrora dança – dos passos perdidos, que o cronista percebe os caminhantes ordinários da cidade, as pessoas comuns, com suas práticas sociais cotidianas, pessoas repletas de singularidades inseridas num contexto de pluralidade onde confrontam as relações de poder com suas pequenas resistências diárias e algumas tramas eventuais.

Para tanto, proponho no texto da minha tese de doutoramento o uso da crônica sociológica porque acredito que é a narrativa que nos leva a reflexão densa e à fruição do texto. A crônica sociológica é o gênero que pulula para a observação e análise dos fatos através de textos breves, espirituosos, críticos e – por que não – profundos em sua essência, grudados no “espírito do tempo”. Esta interdisciplinaridade de duas áreas do conhecimento das Ciências Humanas é fundamental para retratar, narrar e sobretudo compreender sem pré-conceitos as visibilidades e as invisibilidades.

Assim como Goffman (2012) escreve a respeito da “microsociologia”, Vera Telles (2007) sobre as “microcenos” da vida real, Agier sobre a “cidade bis” – que vê a cidade produzida pelo antropólogo/cronista a partir do ponto de vista das práticas, relações e representações dos cidadãos; De Certeau (1994) afirma que é preciso retornar e analisar as práticas microbianas, inseridas nas suas singularidades, abandonando o panóptico e as redes de vigilância. E isto só é possível através do olhar não do alto, mas ao rés-do-chão do cronista (DE CERTEAU, 1994 e CANDIDO, 1992). Caminhando se moldam trajetos e se computam histórias de apropriações e existências nos mais variados lugares. “Cronicar” (CARVALHO, 2011) deve envolver singularidade na pluralidade. Não deve ser funcionalista cheio de normas e padronizações. “Cronicar” é hibridizar, é sentir as situações na cidade, é desvendar seu próprio caminho de observação das muitas possibilidades de mundo, usando a observação para a reflexão. “Cronicar” deve ser como o poema de José Régio – que não deixa de ser uma crônica –, onde o autor afirma em Cântico Negro: "Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces/Estendendo-me os braços, e seguros/ De que seria bom que eu os ouvisse/ Quando me dizem: "vem por aqui!"/ Eu olho-os com olhos lassos,/ (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)/ E cruzo os braços,/ E nunca vou por ali... (RÉGIO, 1978, p. 59).

Cada Zé um Ulisses, cada Maria uma Penélope e cada pequena vida uma Odisséia⁶: A Baixada Perpétuo Socorro e o microcosmos da vida social em forma de crônica sociológica

São 7h da manhã. O sol equatorial mostra-se em Macapá: 37 graus, clima úmido. 90% de humidade relativa do ar. Para acessar a Baixada Perpétuo Socorro, no bairro de mesmo nome, na zona Leste da capital, há um quilômetro do Rio Amazonas, há alguns pequenos espaços de aproximadamente um metro de largura, com um corredor de chão batido de mais ou menos uns 3 metros de comprimento. Atravessando estes corredores se acessa o coração do bairro Perpétuo Socorro, o seu centro: A Baixada. Depois que se passa por esse corredor, cujas encostas são as laterais dos prédios comerciais, se desenham estradinhas de madeira em cima da água. Ao mergulhar o olhar para baixo das pontes, além

⁶ A expressão “A vida que ninguém vê” dá nome ao livro de crônicas-reportagem da jornalista Eliane Brum. Ela trabalha apenas relatando “mundos invisíveis” a que chama de “insubordinação do olhar”. Preocupa-se “em contar os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não um favor ou exercício de escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses. E cada pequena vida uma Odisséia” (BRUM, 2006, p.187). Ela brinca com a obra Odisséia de Homero. O poema épico faz parte do gênero epopeia, e tem um dos traços de origem da crônica que era a cronologia.

de água suja, sobressaem-se barro, papéis, vidros, plásticos, detritos. E enquanto o transeunte se preocupa em manter-se equilibrado nas passarelas danificadas, um cenário de casinhas de madeira – e de alvenaria – se erguiam. Quanto mais se adentrava neste lugar, mais imerso no labirinto se ficava. Casas, igreja, panificadora, bar, mais casas, bifurcações, ponte à esquerda, à direita, ao norte, sul, leste, oeste. A frente de uma casa é grudada nas costas de outra. Para se acessar a casa de trás, ou se atravessa pela casa do vizinho ou se caminha até a ponte de trás. As entradas tinham a função de avenidas, que guiavam os moradores pelas pontes até suas casas. Estas avenidas, ou como os moradores dizem, “pontes”, “passarelas”, também se configuravam em um ambiente de relações sociais (BOURDIEU, 1983).

Para quem está na Baixada Perpétuo Socorro, uma cidade invisível formada por palafitas, pela passagem Ana Nery, o sol jorra seus raios à direita, de cima do Rio Amazonas. Já se ouve o zum-zum vindo de fora da baixada: ônibus, carros, motos. O cheiro do pão francês saindo do forno das padarias próximas transcende no ar e, por alguns minutos, faz o olfato esquecer o esgoto que exala debaixo das pontes de madeira. Aqui dentro, as almas que dão vida a Baixada lentamente levantam. Discretamente as janelas de algumas casas se abrem. Sente-se o aroma do café. Ao fundo as crianças reclamando sobre acordar cedo e ir à escola. Na maioria das mesas o pão, a manteiga. Mas em outras tantas casas, independentes ao sistema, a escola, ao trabalho, seus ocupantes dormem envolvidos no calor do sol e no superaquecimento de casas de madeira e telhados de zinco, um ao lado do outro.

Na Baixada, pela manhã, o sol não deixa dormir muito tempo. Nas passarelas, ou nas pontes, o trânsito das primeiras crianças de mochilas nas costas, mãos dadas com o pai ou a mãe, dá exemplo de persistências e mostram indícios do futuro. Mulheres de bermuda, camiseta, chinelo e cabelo preso rumam para seus trabalhos de domésticas, lavadeiras, secretárias, algumas poucas de professoras e agentes comunitárias. Outras tantas improvisam um tanque: pegam uma bacia com água e sabão e a levam para frente de casa – onde um mínimo de brisa circula -, sentam-se à beira da porta, abrem suas pernas, colocam a bacia entre elas e começam um longo vai e vem de limpeza e reflexão na vida. Alguns homens, corpo bronzeado e delineado pelos músculos, saem de bermuda e camiseta para os seus trabalhos. Praticamente em sua totalidade os homens da baixada trabalham no mercado informal: pedreiro, auxiliar de pedreiro, carpinteiro, catador de latas, vendedor ambulante. Mas podem-se contar dez dedos de assalariados como serventes, pedreiros, auxiliares na

área da saúde ou de limpeza. Os demais se preocupam com o dia de hoje. Comem quando tem fome, trabalham quando necessitam. Dormem quando tem sono, conversam e fazem sexo quando têm vontade. Há outros tantos – as pessoas mais idosas da baixada - que sentem a sua missão cotidiana como cumprida e agora estão apenas “curtindo a vida”, “de passagem pelo mundão de Deus”.

Contrariando a cidade visível de Macapá, as baixadas inscrevem-se na invisibilidade mostrando que a cidade vive um ápice das moradias irregulares em função da fragilidade econômica de sua população. As baixadas comprovam-se como o percurso residencial do proletariado, que geralmente tem origem em uma população migrante que vem para a cidade de Macapá com a esperança de uma vida próspera e o sonho de proporcionar aos filhos a formação no ensino superior. Estas pessoas têm profundas dificuldades econômicas, por isso ocuparam essas áreas alagadas para sanar uma dificuldade com bens materiais. Morando nas baixadas centrais estas redes passam a não depender de transporte público, que é extremamente precário e caro (R\$2,20) em Macapá, e vivem de bicos no centro da cidade, onde há movimento do comércio durante o dia e das casas noturnas no turno inverso. À vida na baixada pode-se relacionar o conceito de “fronteiras identitárias” (AGIER, 2008, p.71), fundado em diferentes modos de olhar cruzados no espaço e postos em jogos de distinções, comportamentos, estilos de vida e gostos. Para o autor, o espaço é definido pela rua de moradia, pela família e pelas redes (p.84). A vida na baixada funda-se nestes pressupostos. Na Baixada Perpétuo Socorro⁷, no início das ocupações, havia um estranhamento do espaço ocupado, como tantas vezes me disse dona Dorotéia, “eu cheguei chorando e eu saí chorando”, isto porque, ao longo dos anos, a baixada Perpétuo Socorro consolidou-se num lugar de pertencimentos e de relações sociais, formando grupos de vizinhos, amigos e de famílias constituídas dentro da área, que se uniam em torno do espaço e de sociabilidades.

Esta vida de pertencimentos da casa construída, reformada ao longo dos anos “conforme o dinheiro entra”, também é a realidade percebida em tantas outras baixadas, onde as pessoas direcionam a estas casas o esforço do dinheiro ganho que resulta em novas janelas e portas ou na expansão da casa em novos puxadinhos. Lugares como as baixadas, para uma extensa população proletária, é o espaço que se transforma em lugar de sociabilidades, construções de valores próprios com a família e com os vizinhos, como o

⁷ Baixada em que realizei minha pesquisa para o trabalho de doutoramento, até o dia de seu incêndio total em outubro de 2013. Os moradores migraram para outras baixadas da cidade e para os conjuntos habitacionais Macapaba e Oscar Santos.

estudo, a honestidade e o trabalho. Paralelamente, este também é o lugar de seríssimos problemas de violência doméstica e pequenos delitos, na maioria praticados por jovens, que querem impor um poder simbólico na área, com atribuições de “mandões”, “chefes”, “eles que mandam na ponte”, “fazem festa a hora que querem, bebem, usam drogas, roubam os vizinhos”. Mas estes são casos que não podem ser generalizados, acontecem em alguns setores do lugar, onde geralmente outros moradores estigmatizam os próprios moradores, direcionando seus julgamentos de valor para “a parte de trás” (considerados os mais pobres das baixadas), “aqueles que têm menos condições, porque aqui a gente tem certas condições”. A estes “malacos”, “ladrõezinhos”, as mães choram os estigmas a eles direcionados bem como choram por pertencimentos advindos da globalização: “a ponte leva nossos meninos para o mau caminho, porque eles querem ter o que playboy tem. Querem ter a roupa de marca, sapato de marca, boné de marca, celular da moda. Como eles não podem ter, muitos passam a roubar e incentivam os outros da ponte a roubarem também”. E ao adolescente que se nega a furtar ou roubar, alguns jovens “deste mundo ruim” lhes dão a alcunha de “amamãezados” e “apapaizados”, termos que se referem ao filho ou filha que segue os valores tidos como corretos e que lhes foram ensinados pelos pais.

Estas moradias são alternativas de vida para 63 mil pessoas em todo o município de Macapá de acordo com o censo de 2010. Este espaço construído não se reduz a casa, em si; e sim as pontes – as quais o IBGE chama de “Pinguelas” (IBGE, 2011, p.12), onde os moradores sentam nas escadinhas de suas casas e extensões das pontes e conversam, tomam café ou pinga; ou namoram, brigam, correm, brincam; o espaço agrega o entorno da baixada, onde se compra o pão quentinho, o refrigerante, o almoço feito na hora, a roupa vendida nas feiras de roupas, o supermercado, onde se compra o peixe, se vai à igreja ou ao culto, se vai a escola ou ao trabalho. Tudo perto. Se ficar doente, “o posto de saúde é bem aqui”. Estes são amplos territórios onde se constroem trajetos, referências, sentidos e, por consequência, pertencimentos ao lugar.

Macapá é uma cidade, historicamente, que foi e ainda é usurpada pelos colonizadores, por isso se construíram sentidos que hoje resultam na informalidade do viver: as terras todas foram ocupadas, por ricos e por pobres; há muitos gatos de energia elétrica e televisão por assinatura em casas de pobres e de ricos – obviamente não de modo generalizado; e a informalidade existe nos inúmeros comércios informais, como os minibox - que são mercadinhos que vendem um pouco de tudo-, nos trailers que vendem hambúrgueres pelas esquinas da cidade, nos carrinhos que fazem batata e macaxeira fritas e que se enfileiram

em dezenas na praça do coco, nos botecos de bairros, e assim por diante. Logo, a ocupação na baixada é uma extensão desta vida informal, onde a população encontrou uma forma mais barata de ter a casa própria para viver a esperança de um futuro melhor para os filhos.

Desde 2013 governos estadual e municipal começam a trabalhar com mais afinco em políticas públicas que atendam as populações que residam em áreas consideradas de risco, como as baixadas amapaenses, migrando os moradores para conjuntos habitacionais longe do centro. No entanto, moradores de baixadas ainda veem esta alternativa com receio, porque não querem sair do centro da cidade e do seu lugar de pertencimentos sociais, assim como os demais moradores. Deslocar populações proletárias para áreas residuais é ampliar as desigualdades e a dominação de classes abastadas. Como escreveu Bourdieu em *Efeitos de Lugar* (2008), é o espaço social pela exclusão ou distinção mútua das posições que constituem nas estruturas. Todo o espaço, para o autor, é hierarquizado. Logo, se a proximidade territorial entre baixadas e o centro da cidade já gera uma distância social, os efeitos de lugar são potencializados pela distância e pelo provável esquecimento nas áreas residuais afastadas do espaço social da cidade.

É preciso pensar nos efeitos de lugar da baixada como uma prática de luta pela apropriação do espaço em um lugar central, onde a referência é o centro para quem depende destes territórios e lugares. Para as populações que, ao cadastrarem-se em projetos de políticas públicas de remoções das áreas de ressaca, são encaminhados para os conjuntos habitacionais Macapaba e Oscar Santos – diferentemente dos centrais Mucajá e São José, o primeiro estigmatizado pela população como “perigoso” e o segundo prestes a inaugurar – há um sentimento de perda de pertencimento social e de moradia, uma perda da distinção da localização do espaço do endereço e não da casa. Para eles ocorre um deslocamento social que resulta em humilhação de distância e pobreza; num sentido de lugar desvalorizado no que tange a localização onde as práticas culturais são individuais e familiares, contrariamente ao que ocorre no centro da cidade. Os pertencimentos de moradia relacionam-se ao centro da cidade e seus equipamentos, e não a estrutura da casa. Mas a luta pela apropriação do espaço é mantida pela acumulação de capital material ou simbólico, o que os coloca em desvantagem com relação aos estilos de vida e modelos econômicos postos em prática hoje no mundo, no Brasil e em Macapá.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Trad. Graça Índias Cordeiro. Editora Terceiro Nome, 2011.

CARVALHO, Jacinta. “Cronicar”. In: ASSIS, Cláudia Maria Arantes de; SCHEIBE, Roberta (ORG). **Caldo Fino**: crônicas sobre o cotidiano no Amapá. Pará de Minas-MG: Virtual Books, 2011.

ASSIS, Machado de. **Do jornal ao livro**. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 10 e 12/jan/1859, s/pg.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BARREIRA, Irllys. **Cidades Narradas**: Memória, representações e práticas de turismo. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012.

BARROS, Myriam Moraes de. “A cidade dos velhos”. In: VELHO, Gilberto (ORG). **Antropologia Urbana**: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Pierre. (org). “Efeitos de lugar”. **A miséria do Mundo**. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. A ilusão Biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista; FERREIRA, Marieta De Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. São Paulo: FGV Editora, 8ª Edição, 2006.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio (Org.). **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992.

CONY, Carlos Heitor. “A escrava do tempo e seu adorador”. In: SCHEIBE, Roberta. **O diálogo entre literatura e jornalismo**. Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Passo Fundo, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994

ECKERT, Cornélia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Cidade Narrada, tempo vivido**: estudos de etnografias da duração. Revista Rua, Campinas, n.16, volume 1, junho de 2010) - ISSN 1413-2109

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In: **Revista Cadernos de Campo**, USP. São Paulo: N. 13, p.155-161, 2005.

FILHO, Herondino dos Santos; ALMEIDA, Maria das Graças de; RIBEIRO, Magno Meirelles. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B**. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

FREHSE, Fraya. “Usos da Rua”. In: LEITE, Rogério Proença; FORTUNA, Carlos. **Plural de Cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedin/CES, 2009.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**: A Recepção no Brasil: In: *Teorias da Cidade*. 4 ed. Campinas, SP: Papiurus, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

G1. **Bombeiros iniciam perícia para saber causas do incêndio no Amapá**. (www.g1.com.br/amapa) – Acesso em 24 de outubro de 2013, às 13h27.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: Uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

IBGE. **Amapá**. Informações censo de 2014, 2010 e 2000. Em: <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/perfil.php?sigla=ap>. Acesso em: 10 de maio de 2013, 24 de abril de 2014 e 24 de maio de 2015.

_____. “Aglomerados Subnormais – informações territoriais”. **IBGE**, relatório, 2011.

LEVY, Dan Rodrigues. **Uma tentativa de emancipação social na favela**: breve análise da primeira etapa do projeto habitacional e urbanístico da Vila da Barca em Belém-PA. In: Comunicação apresentada a “Metrópoles das Américas: desigualdades, conflitos e governança”. Montreal, Canadá. 3-4 de outubro de 2011.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MARTINS, Dileta Silveira. **História e tipologia da crônica no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado em Letras pela PUCRS. Porto Alegre, 1984.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. Tradução Eliane Zagury. 54ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park**. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>. S/d

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma escrita do tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Crônica**. Campinas: Unicamp, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. 3ª Ed., São Paulo: Editora Unesp, 2006.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RÉGIO, José. **Poemas de Deus e do Diabo**. 9ª ed. Porto : Brasília Editora, 1978, p. 59.

SILVA, Hélio R. S. **A situação etnográfica: andar e ver**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009

SOUZA, Marcelo Lopes de. “A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORGs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Deslocando o ponto da crítica**: indagações a partir de realidades urbanas em mutações (anotações inconclusas de um percurso de pesquisa). Revista de Estudos Universitários (Sorocaba), v. 33, p. 13-28, 2007.

WINKIN, Yves. “Erving Goffman: O que é uma vida? O incômodo fazer biografia intelectual”. P. 30. IN: GASTON, Edison (org). **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004